



Extensão de linhas em km: **400**
Tensão em kV: **500**
Subestações: **2**

Ativos totais: **R\$ 210.595.289**
Receita líquida: **R\$ 23.234.364**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014.

1) A Companhia

A Iracema é uma Companhia privada de capital fechado, que foi constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, Centro, Rio de Janeiro, RJ e possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Sanro (CE) e no Município de Paulistana (PI).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 17.643.892, para o período de julho de 2014 a junho 2015 e de R\$ 16.586.525, para o período julho de 2013 a junho de 2014.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2014 e 2013 são:

	2014	2013
• Liquidez geral	154,56%	149,79%
• Liquidez corrente	300,70%	354,97%
• Relação patrimônio líquido/ativo	35,39%	35,67%
• Relação passivo não circulante/Ativo	64,61%	180,38%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	0,12%	5,16%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	19,36%	27,63%
• Endividamento do patrimônio líquido	182,54%	180,38%

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e

gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.410.572	8.397.644	Fornecedores - terceiros		452.926	311.447
Concessionárias e permissionárias	7	1.458.997	2.287.271	Fornecedores - partes relacionadas	19	4.277	-
Estoques		682.069	45.885	Empréstimos - terceiros	10	6.287.500	6.030.325
Adiantamentos a fornecedores		233.209	104.006	Impostos e contribuições sociais		131.066	17.552
Impostos a recuperar		637.919	562.397	Taxas regulamentares	9	656.344	1.123.980
Ativo financeiro indenizável	8	15.586.991	14.964.128	Outros passivos circulantes		122.996	344.964
Outros ativos circulantes		9.139	1.426.968			7.655.109	7.828.268
		23.018.896	27.788.299	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos - terceiros	10	112.085.272	113.533.959
Títulos e valores mobiliários	6	6.765.714	7.292.026	Outras provisões - compensação ambiental		1.140.528	213.524
Ativo financeiro indenizável	8	180.462.577	173.359.681	Provisão para contingências	12	-	756.290
Outros ativos não circulantes		50.233	-	Impostos diferidos	11	15.177.374	11.954.736
Imobilizado		171.431	173.860			128.403.174	126.458.509
Intangível		126.438	121.381	Patrimônio líquido			
		187.576.393	180.946.948	Capital social		212.062.000	212.062.000
Total do ativo		210.595.289	208.735.247	Prejuízos acumulados		(137.524.994)	(137.613.530)
					13	74.537.006	74.448.470
				Total do passivo e do patrimônio líquido		210.595.289	208.735.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	14	23.234.364	23.403.216
Custo da operação	15	(8.803.778)	(2.833.084)
Lucro bruto		14.430.586	20.570.132
Despesas com pessoal e administradores		(59.401)	(79.542)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(602.004)	(341.033)
Lucro antes das receitas financeiras		13.769.181	20.149.557
Resultado financeiro	16	(10.458.007)	(10.819.083)
Receita financeira		1.245.185	918.620
Despesa financeira		(11.703.192)	(11.737.703)
Resultado antes dos impostos		3.311.174	9.330.474
Imposto de renda e contribuição social	17	(3.222.638)	(5.486.204)
Lucro líquido do exercício		88.536	3.844.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRACEMA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2012	209.462.000	(141.457.800)	68.004.200
Lucro líquido do exercício	-	3.844.270	3.844.270
Integralização de capital	2.600.000	-	2.600.000
Saldo em 31/12/2013	212.062.000	(137.613.530)	74.448.470
Lucro líquido do exercício	-	88.536	88.536
Saldo em 31/12/2014	212.062.000	(137.524.994)	74.537.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008.

A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.757.000 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$16.586.525 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Em 17 de junho de 2014, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP da Companhia em R\$ 17.643.892 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros a valor justo são mensurados em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	88.536	3.844.270
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	88.536	3.844.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Atividades operacionais:	2014	2013
Lucro antes dos impostos	3.311.174	9.330.474
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11.343.368	10.557.843
Depreciação e amortização	55.394	2.453
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	427.709	-
Provisão para contingências	(756.290)	543.708
Provisão para compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos	927.004	-
Concessionárias e permissionárias	400.566	(79.655)
Ativo financeiro indenizável	(7.725.760)	(7.190.971)
Estoques	(636.184)	300
Impostos a recuperar	(75.522)	(106.322)
Adiantamentos a fornecedores	(129.103)	-
Outros ativos	932.297	(135.529)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	145.756	48.510
Tributos e contribuições sociais	1.299.156	(180.247)
Impostos pagos	(1.185.642)	-
Juros pagos	(11.332.153)	(10.505.546)
Taxas regulamentares	(467.636)	26.762
Outros passivos	(221.967)	(253.545)

Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais

Caixa gerado na venda de investimentos	-	186.961
Caixa gerado na venda de ativos imobilizados	-	110.412
Aquisição de imobilizado	(58.022)	-

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

Aumento de capital	-	2.600.000
Empréstimos pagos	(241.216)	(174.773)

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.987.073)	4.780.835
---	--------------------	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.397.644	3.616.809
--	------------------	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.410.572	8.397.644
--	------------------	------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.



IRACEMA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reveu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação por revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva por exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	18.149	20.000
Bancos	198.081	167.477
Aplicações financeiras	4.194.342	8.210.167
	4.410.572	8.397.644

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	6.765.714	7.292.026
	6.765.714	7.292.026

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 10).

	2014	2013
7. Concessionárias e permissionárias		
A vencer	1.417.523	2.112.021
Vencidas até 30 dias	11.395	3.403
Vencidas até 60 dias	5.716	3.412
Vencidas até 90 dias	8.273	3.038
Vencidas há mais de 90 dias	528.406	250.004
	1.971.313	2.371.878
(-) PCLD	(512.316)	(84.607)
	1.458.997	2.287.271

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(84.607)
Reversão	-
Complemento de provisão	(427.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(512.316)

	2014	2013
8. Ativo financeiro indenizável		
Circulante	15.586.991	14.964.128
Não circulante	180.462.577	173.359.681
	196.049.568	188.323.809

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação o ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela

construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	2014	2013
9. Taxas regulamentares		
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	154.963	710.806
Taxa de fiscalização (TFSEE)	180.619	150.748
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	320.762	262.426
	656.344	1.123.980

	2014	Não		2013	Não	
	Circulante	circulante	Circulante	circulante	circulante	circulante
Debêntures	6.287.500	112.085.272	6.030.325	113.533.959	6.287.500	112.085.272
	6.287.500	112.085.272	6.030.325	113.533.959	6.287.500	112.085.272

Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000.000 cada, através de emissão pública com esforços restritos.

As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de spread de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$961.511. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão.

Garantias

- Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
- Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.

Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,20 vezes. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia atingiu os índices propostos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

2016	1.083.307
2017	2.166.613
2018	3.008.704
2019 - 2028	105.201.219
	111.459.843

	2014	2013
11. Impostos diferidos passivos		
Efeito da adoção do ICPC 01 (R1)	15.177.374	11.954.736
	15.177.374	11.954.736

12. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2014	2013
Cível	-	756.290
	-	756.290

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2014	2013
Ambiental	-	72.127
	-	72.127

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1 de novembro de 2013 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 2.600.000. A aprovação do aumento de capital ocorreu no dia 5 de novembro de 2013 através de AGE.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$212.062.000, dividido em 212.062.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia não constituiu reserva legal, visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados.

	2014	2013
14. Receita operacional líquida		
Receita operacional bruta	25.426.663	25.933.594
Receita de operação e manutenção	3.167.037	3.179.180
Receita financeira de construção e outras	22.051.766	22.274.614
Outras	207.860	479.801
Deduções da receita operacional	(2.192.299)	(2.530.379)
PIS	(292.065)	(315.057)
COFINS	(1.345.269)	(1.451.166)
Quota para RGR	(400.301)	(565.092)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(154.664)	(199.064)
	23.234.364	23.403.216

	2014	2013
15. Custo da operação		
Pessoal	(937.659)	(742.524)
Material	961.420	(184.392)
Serviços de terceiros	(1.000.122)	(907.302)
Arrendamentos e alugueis	(7.854)	(43.879)
Taxas de fiscalização	(97.724)	(94.355)
Custo de construção	(6.297.863)	(396.545)
Meio ambiente	(254.513)	(404.497)
Outros	(1.169.463)	(59.590)
	(8.803.778)	(2.833.084)

	2014	2013
16. Resultado financeiro		
Receita financeira	1.245.185	918.620
Receitas de aplicações financeiras	1.244.115	916.205
Outras receitas financeiras	1.070	2.415
Despesa financeira	(11.703.192)	(11.737.703)
Juros sobre empréstimos (nota explicativa 10)	(11.560.527)	(11.676.050)
Outras despesas financeiras	(142.665)	(61.653)
	(10.458.007)	(10.819.083)

	2014	2013
17. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (IR e CS)		
Lucro antes do IR e CS	3.311.174	9.330.474
Alíquota nominal	(1.125.799)	(3.172.361)
Adições e exclusões não dedutíveis	(270.115)	(146.168)
Outros	(1.826.724)	(2.167.675)
IR e CS à alíquota efetiva	(3.222.638)	(5.486.204)
	-97%	-59%
IR e CS corrente	-	-
IR e CS diferido	(3.222.638)	(5.486.204)
	(3.222.638)	(5.486.204)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Seguem instrumentos financeiros ativos e passivos classificados pelas suas categorias e comparados ao ser valor justo:

Descrição	Nota	Valor contábil		Valor justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.410.572	8.397.664	4.410.572	8.397.664
Títulos e valores mobiliários	6	6.765.714	7.292.026	6.765.714	7.292.026
Ativo financeiro indenizável	8	196.049.568	188.323.809	196.049.568	188.323.809
Concessionárias e permissionárias	7	1.458.997	2.287.271	1.458.997	2.287.271
		208.684.851	206.300.770	208.684.851	206.300.770
Passivo					
Debêntures - terceiros	10	118.372.772	119.564.284	118.372.772	119.564.284
Fornecedores - terceiros		452.926	311.447	452.926	311.447
Fornecedores - partes relacionadas	19	4.277	-	4.277	-
		118.829.975	119.875.731	118.829.975	119.875.731

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros apresentados do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.410.572	8.397.664
Títulos e valores mobiliários	6	6.765.714	7.292.026
Ativo financeiro indenizável	8	196.049.568	190.611.080

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014	2013
Concessionárias e permissionárias	7	1.458.997	2.287.271

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014	2013
Debêntures - terceiros	10	118.372.772	119.564.284
Fornecedores - terceiros		452.926	311.447
Fornecedores - partes relacionadas	19	4.27	



IRACEMA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Iracema de Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **Iracema de Transmissora de Energia S.A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iracema de Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Walter Garcia Neumayer

Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0